

RESUMO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Esta apostila foi preparada pelo site ACHEI CONCURSOS - www.acheiconcursos.com.br

Visite-nos e acompanhe periodicamente nossas atualizações em Aulas, Apostilas, Simulados e Provas Anteriores para concursos públicos

I - GENERALIDADES E PRINCÍPIOS

1) Conceito de Direito Tributário: é o ramo do direito que se ocupa das relações entre o fisco e as pessoas sujeitas a imposições tributárias de qualquer espécie; é a disciplina jurídica dos tributos.

2) Atividade financeira do Estado: é o conjunto de atos que o Estado pratica na obtenção, na gestão e na aplicação dos recursos financeiros de que necessita para atingir seus fins. **Atividade administrativa:** *arbitrária:* é aquela em cujo o desempenho a autoridade não sofre qualquer limite, sua liberdade é absoluta; *discricionária:* é aquela em cujo o desempenho a autoridade administrativa dispõe de liberdade para decidir sobre a conveniência e a oportunidade de agir e sobre como agir; *vinculada:* é aquela em cujo o desempenho a autoridade não goza de liberdade para apreciar a conveniência nem a oportunidade de agir.

3) Fisco: é a denominação dada ao Estado enquanto desenvolve atividade de tributação.

4) Natureza jurídica do Direito Tributário: é obrigacional; é a relação jurídica entre um sujeito ativo (fisco) e um sujeito passivo (contribuinte ou responsável), envolvendo uma prestação (tributo).

5) Diferença de Direito Tributário e Direito Financeiro: o primeiro regula a atividade financeira do Estado, no que pertine à tributação; o segundo regula toda a atividade financeira do Estado, menos a que se refere à tributação.

6) Objeto do Direito Tributário: regular as relações fisco-contribuinte; regular o poder de tributar do Estado.

7) Tributo: é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela possa se exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada (CTN, art. 3º).

8) Imposto: é tributo de caráter genérico que independe de qualquer atividade ou serviço do poder público em relação ao contribuinte (CTN, art. 16).

9) Taxa: é um tributo relacionado com o exercício regular do poder de polícia, ou, com a prestação de algum serviço público para um beneficiário identificado ou identificável (art. 77 do CTN).

10) Contribuição de melhoria: é um tributo cuja obrigação tem como fato gerador a valorização de imóveis decorrente de obra pública.

11) Contribuições especiais: são aquelas que a União Federal institui com fundamento nos arts. 149 a 195 da Constituição Federal; dividem-se em 2 espécies: as contribuições sociais e as contribuições de seguridade social.

12) Empréstimo compulsório: é um imposto qualificado pela promessa de restituição; teria natureza do contrato, embora ditado ou coativo.

13) Princípios constitucionais tributários (arts. 145 a 164 da CF): 1) *da legalidade:* garante que nenhum tributo será instituído, nem aumentado, a não ser através de lei; 2) *da anterioridade:* nenhum tributo será cobrado em cada exercício financeiro, sem que a lei que o

instituiu ou aumentou tenha sido publicada; a CF veda expressamente a cobrança do tributo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou (art. 150, III, b); 3) *da isonomia*: a lei, em princípio não deve dar tratamento desigual a contribuintes que se encontrem em situação equivalente; 4) *da irretroatividade*: a lei tributária só vale em relação a fatos geradores ocorridos depois do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado; 5) *da capacidade contributiva*: o tributo deve ser cobrado de acordo com as possibilidades de cada um, tratar os desiguais de modo desigual; 6) *da vedação do confisco*: o tributo deve ser razoável, não podendo ser tão oneroso que chegue a representar um verdadeiro confisco; 7) *da liberdade de tráfego*: não pode a lei tributária limitar o tráfego interestadual ou intermunicipal de pessoas e bens, salvo o pedágio de via conservada pelo Poder Público; 8) *da uniformidade geográfica*: o tributo da União deve ser igual em todo território nacional, sem distinção entre os Estados.

Função dos Tributos: *Fiscal*, quando seu principal objetivo é a arrecadação de recursos financeiros para o Estado; *Extrafiscal*, quando seu objetivo principal é a interferência do domínio econômico, buscando um efeito diverso da simples arrecadação de recursos financeiros; *Parafiscal*, quando seu objetivo é a arrecadação de recursos para o custeio de atividades que, em princípio, não integram funções próprias do Estado, mas este as desenvolve através de entidades específicas.

II - COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1) Conceito: é a repartição do poder de tributar, constitucionalmente atribuído aos diversos entes públicos, de modo que cada um tenha o poder de instituir e arrecadar os tributos de sua exclusiva responsabilidade; envolve o poder de fiscalizar e cobrar tributos, e o de legislar a respeito, não tem competência o ente público desprovido de poder de legislar.

2) Poder de tributar: é a atribuição legalmente conferida ao Estado, em caráter de exclusividade, para criar, aumentar, diminuir ou extinguir tributos, de forma a arrecadar recursos para a consecução de suas finalidades.

** Uma vez que a competência tributária é indelegável (art. 7º do CTN), apenas determinadas funções são transferíveis, como as de arrecadação ou de fiscalização, que passam de um órgão público para outro.*

3) Atributos da competência tributária: são a exclusividade (ou competência legislativa plena), a indelegabilidade e a intransferibilidade de competência pelo não exercício.

4) Competência legislativa plena: consiste no poder exclusivo da pessoa jurídica de direito público conforme indicada pela CF, de criar e arrecadar tributos, de acordo com o que dispõe o CTN, art. 6º.

5) Indelegabilidade: consiste na vedação a que seja transferida a competência para instituir e exigir tributos, de um ente público indicado pela CF para fazê-lo, para outro ente tributante, conforme dispõe o CTN, art. 7º, que consagra o princípio da indelegabilidade da competência tributária.

6) Intransferibilidade de competência pelo não exercício: consiste na vedação à transferência, de um ente tributante a outro, de competência para instituir e exigir tributos, no caso do primeiro não exercer seu poder de criar ou exigir tributos de sua própria competência, conforme dispõe o CTN, art. 8º.

III - LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1) Lei em sentido formal: é o ato jurídico produzido pelo Poder competente para o exercício da função legislativa, nos termos estabelecidos pela Constituição; **em sentido material** lei é o ato jurídico normativo, é uma prescrição jurídica hipotética, que não se reporta a um fato individualizado no tempo e no espaço, mas a um modelo, a um tipo; é uma norma. **Lei em sentido amplo**, é qualquer ato jurídico que se compreenda no conceito de lei em sentido formal

ou em sentido material; **em sentido estrito** só é lei aquela que o seja tanto em sentido material como em sentido formal.

2) Legislação: como utilizada no CTN, significa lei em sentido amplo, abrangendo, além das leis em sentido estrito, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes. (art. 96 CTN)

Fontes do Direito Tributário

3) Materiais: são os atos e situações que dão origem à obrigação tributária.

4) Formais: são o conjunto de normas que incidem sobre atos e situações, classificam-se em: **formais principais:** são as leis, em sentido amplo, nas suas várias formas legislativas; compreendem a Constituição Federal, as Emendas, leis complementares e ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos, resoluções e tratados. **fontes formais secundárias:** são os atos administrativos normativos, como decretos, regulamentos, atos, instruções, circulares, portarias, ordens de serviço, etc.; incluem-se ainda, os costumes administrativos e os convênios entre órgãos estatais. (CTN art. 100). **fontes formais indiretas:** são a doutrina e a jurisprudência.

5) Vigência: é a aptidão para incidir, para dar significado jurídico aos fatos; se não há disposição em contrário, a regra é a do LICC: 45 dias após sua publicação oficial. **LEI VIGENTE:** lei pronta e acabada.

6) Aplicabilidade: refere-se à possibilidade de aplicação da lei vigente a um caso concreto. **LEI APLICÁVEL:** lei, que além de estar em vigor, não tem impedimento para ser aplicada ao caso concreto. **Aplicação imediata:** a legislação tributária, uma vez vigente, tem aplicação imediata. **Aplicação retroativa:** a lei só pode retroagir quando for meramente interpretativa, ou cominar pena menos severa, ou for mais benéfica, de algum modo. (art. 106 CTN)

7) Interpretação: *em sentido amplo*, é a atividade de conhecimento do sistema jurídico, desenvolvida com o objetivo de resolver o caso concreto, seja pela aplicação de uma norma específica, seja pela aplicação de uma norma mais geral, seja pelo uso de um dos meios de integração; *em sentido estrito*, é a busca do significado de uma norma.

8) Meios de Interpretação: **a) Gramatical:** é investigado antes de tudo o significado gramatical das palavras usadas no texto legal em exame; **b) Histórica:** o sentido da norma é buscado com o exame da situação a que a mesma se refere através dos tempos; investiga-se o direito anterior; **c) Sistemático:** é procurado o sentido da regra jurídica, verificando a posição em que a mesma se encarta no diploma legal e as relações desta com as demais regras no mesmo contidas; **d) Teleológico:** é emprestado maior relevância ao elemento finalístico, busca o sentido da regra jurídica, tendo em vista o fim para o qual foi ela elaborada. Pode ser ainda: autêntica, doutrinária, jurisprudencial, lógica, de direito comparado, extensiva e restritiva.

** A interpretação deve ser literal ou gramatical nos casos de suspensão ou exclusão de crédito tributário, outorga de isenção ou dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias. (CTN, art. 111) * a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se de maneira mais favorável ao acusado. (CTN, art. 112)*

9) Fontes de interpretação: autêntica (feita pelo próprio legislador, mediante elaboração de outra lei), jurisprudencial (feita pelos órgãos do Judiciário, a propósito de resolver questões aos mesmos submetidas) e doutrinária (feita pelos estudiosos da Ciência jurídica, em seus trabalhos doutrinários).

10) Integração: é a identificação de uma norma que, não tendo sido elaborada para casos do tipo daquele que se tem a resolver, a ele se ajusta, em face de um critério autorizado pelo legislador.

11) Meios de Integração (art. 108 do CTN): analogia (é a aplicação, a um caso não previsto, de regra que rege hipótese semelhante), os princípios gerais do Direito Tributário (são os critérios que se estendem por todos os assuntos do direito tributário, como a legalidade, a anterioridade, etc.), os princípios gerais do Direito Público (são critério maiores que se estendem por todos os ramos do direito público, como os princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, etc.) e a equidade (é a adaptação razoável da lei ao caso concreto, bom senso).

IV - OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1) Conceito: A relação tributária surge da ocorrência de um fato previsto em uma norma como capaz de produzir esse efeito; a lei descreve um fato e atribui a este o efeito de criar uma relação entre alguém e o Estado; ocorrido o fato, nasce a relação tributária, que compreende o dever de alguém (sujeito passivo) e o direito do Estado (sujeito ativo); suas fontes são a lei e o fato gerador.

2) Obrigação tributária principal: tem por objeto, o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, tem sempre conteúdo patrimonial. (art. 113, 1º CTN)

3) Acessória: decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos (art. 113, 2º CTN).

4) Natureza jurídica: a obrigação tributária principal corresponde a uma obrigação de dar, seu objeto é o pagamento do tributo, ou da penalidade pecuniária; as obrigações acessórias correspondem a obrigações de fazer (emitir uma nota fiscal), de não fazer (não receber mercadoria sem a documentação legalmente exigida), de tolerar (admitir a fiscalização de livros e documentos).

5) Fato Gerador: é o fato ou situação que gera ou cria a obrigação tributária.

6) Sujeito Ativo (credor): são a União, os Estados e os Municípios, os quais detêm a competência tributária, podendo legislar sobre tributos e exigí-los, e, também, as pessoas públicas que, embora não possam legislar sobre tributos, têm, contudo, *capacidade tributária*, que lhes permite fiscalizar e arrecadar tributos, por delegação.

7) Sujeito Passivo: é a pessoa natural ou jurídica, obrigada ao cumprimento da obrigação tributária; tem o dever de prestar seu objeto, pode ser:

a) *Direto ou Contribuinte:* é o que tem relação pessoal e direta com o fato gerador (CTN, art. 121, I); b) *Indireto ou Responsável:* é aquele que, sem ter relação direta de fato com o fato tributável, está, por força de lei, obrigado ao pagamento do tributo (CTN, art. 121, II), pode ocorrer por *substituição* ou por *transferência*.

Na **substituição** a obrigação constitui-se desde logo em relação a um substituto, ou responsável, ficando de fora aquele que seria o contribuinte; exemplo é o ICMS do agricultor a ser pago pelo comprador da safra.

Na **transferência** a obrigação constitui-se inicialmente em relação ao contribuinte, comunicando-se depois, para o responsável; pode dar-se por *sucessão*, por *solidariedade* ou por *subsidiariedade*.

Na **sucessão**, o sucessor responde pelo sucedido como ocorre na transferência da propriedade de um imóvel, na herança ou na incorporação de uma empresa por outra.

Na **solidariedade**, o devedor solidário responde juntamente com o devedor principal, em pé de igualdade, podendo a dívida ser cobrada indiferentemente de um ou outro, no todo ou em parte, à escolha do credor.

Na **subsidiariedade**, o devedor subsidiário também responde juntamente com o devedor principal, mas com benefício de ordem, ou seja, em segundo plano, só depois de executados todos os bens do devedor principal, na solução da dívida.

8) Convenções particulares: a não ser que a lei específica do tributo estabeleça de modo diferente, as convenções, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias respectivas; podendo ser estipulados entre elas, a quem cabe a condição de sujeito passivo.

9) Solidariedade passiva: segundo o CTN, são solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal e também as pessoas expressamente designadas por lei. (art. 124)

10) Capacidade tributária: sendo o sujeito passivo da obrigação uma pessoa natural, ou física, sua capacidade tributária independe da civil; mesmo sendo juridicamente incapaz, nos termos do Direito Civil, face ao Direito Tributário tem ele plena capacidade tributária. (CTN, art. 126, I)

11) Domicílio tributário (art. 127 do CTN): existem tributos cuja legislação específica exclui ou restringe a faculdade de escolha, pelo sujeito passivo, de seu domicílio tributário; nos demais tributos, vigora a liberdade de escolha; a liberdade de escolha não pode ser usada para impedir ou dificultar a arrecadação ou fiscalização do tributo, pois neste caso poderá ser recusado o domicílio escolhido; ocorrendo a recusa, o domicílio tributário será o do lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

V - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

1) Conceito: é a obrigação legal, assumida pelo sujeito passivo da relação jurídico-tributária, não diretamente beneficiado pelo ato praticado, perante o fisco, de pagar o tributo ou a penalidade pecuniária; com efeito, denomina-se *responsável* o sujeito passivo da obrigação tributária que, sem revestir a condição de contribuinte, vale dizer, sem ter relação pessoal e direta com o fato gerador respectivo, tem seu vínculo com a obrigação decorrente de dispositivo expresso em lei; a lei pode, ao atribuir a alguém a responsabilidade tributária, liberar o contribuinte; mas pode também atribuir apenas supletiva, isto é, sem liberar o contribuinte; e tanto pode ser total, como poder ser apenas parcial (CTN, art. 128); o objetivo do legislador ao instituir a responsabilidade tributária, foi assegurar à Fazenda Pública o efetivo recebimento dos créditos devidos, em situações que o contribuinte se tornar pouco acessível a cobrança, ou o tributo não puder ser normalmente pago; o responsável pode assumir essa condição perante o fisco por substituição ou por transferência, sendo que a espécie de responsabilidade deve ser estabelecida pelo legislador, ao editar a norma jurídica tributária aplicável ao fato gerador.

2) Responsabilidade por substituição: Ocorre quando a lei tributária atribuir o dever jurídico de pagar o tributo a pessoa diversa (a substituição é da pessoa) daquela que dá origem ao fato gerador, mas que com ela possui relação jurídica, assumindo o lugar do contribuinte. A responsabilidade será por substituição quando a sujeição for anterior à ocorrência do fato gerador.

3) Responsabilidade por transferência: Ocorre quando a lei atribui o dever de pagar tributo (a substituição é do dever) a determinada pessoa, anteriormente atribuído a outra, em virtude da ocorrência de fato posterior à incidência da obrigação tributária. Na transferência a obrigação constitui-se inicialmente em relação ao contribuinte, comunicando-se depois, porém, para o responsável. A responsabilidade tributária por transferência pode ser por solidariedade, por responsabilidade dos sucessores e por responsabilidade de terceiros.

4) Solidariedade tributária: Ocorre quando duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas estiverem no mesmo polo da obrigação perante o fisco. A solidariedade tributária abrange, além do débito referente à obrigação principal, também os deveres relativos às obrigações acessórias. Diferentemente do que ocorre no Direito Civil, no qual há dois tipos de solidariedade, somente existe solidariedade passiva, em matéria tributária.

Solidariedade tributária passiva é a situação em que duas ou mais pessoas se encontram, simultaneamente, obrigadas perante o fisco. Nesse caso, o fisco poderá eleger qualquer dos sujeitos passivos para proceder à arrecadação do tributo. A solidariedade tributária passiva pode ser natural ou legal.

Solidariedade tributária natural é aquela em que os sujeitos passivos assumem simultaneamente, interesse comum na situação que dá origem ao fato gerador da obrigação principal, respondendo, cada um deles, pela totalidade da dívida. Exemplo: vários irmãos, proprietários de um imóvel, são devedores solidários do IPTU.

Solidariedade tributária legal é aquela em que os sujeitos passivos assumem simultaneamente, por imposição de lei, determinada obrigação tributária. Exemplo: os sócios, pelo pagamento de tributos de uma sociedade de pessoas, no caso de encerramento de atividades.

Quanto ao benefício de ordem - instituto de Direito Civil mediante o qual o coobrigado tem o direito de requerer, quando demandado, que sejam primeiramente excutidos os bens do devedor principal - , o CTN exclui esse instituto da aplicação da matéria tributária, tendo a Fazenda Pública o poder de exigir o pagamento do tributo de qualquer coobrigado, sem obedecer a qualquer escala de preferência entre eles. Exceto em caso de lei específica em sentido oposto, os efeitos da solidariedade tributária são: a) o pagamento feito por um dos coobrigados libera os demais da obrigação perante o fisco; b) em caso de isenção ou remissão do crédito a um dos coobrigados, todos os demais se beneficiarão, exceto se concedidos em caráter personalíssimo, subsistindo a solidariedade quanto aos demais, pelo saldo; c) a interrupção da prescrição em relação a um dos coobrigados atinge os demais, favoravelmente ou não.

5) Responsabilidade dos sucessores: *Sucessão tributária* é a transferência, por ato negocial ou por força de lei, de direitos e obrigações, do campo tributário, a terceiros não originalmente sujeitos a determinada relação jurídica com o fisco, mas de alguma forma vinculados a seu antecessor. Exceto nos casos legalmente previstos, o contrato particular, que transfere o ônus fiscal de um contratante para o outro, não é reconhecido perante a Fazenda Pública.

Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, assim como os créditos tributários relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo se do título de transferência do direito há prova de sua quitação. Assim, se alguém vende um terreno e estava a dever o IPTU, ou alguma outra taxa, referente ao imóvel, o adquirente fica obrigado ao respectivo pagamento. Essa obrigação, porém, não existirá, se da escritura de compra e venda constou a certidão, do sujeito ativo do tributo, de que o mesmo havia sido pago. A sucessão tributária pode ser *causa mortis*, comercial, falimentar ou imobiliária.

6) Sucessão “causa mortis”: Ocorre quando o contribuinte falecer, passando o espólio e, depois, os sucessores a sub-rogar-se nos direitos e obrigações tributárias do falecido. O espólio responde por todos os débitos tributários do *de cujus*, sejam eles conhecidos, em vias de serem lançados e, também, pelos débitos desconhecidos à data de abertura da sucessão. Serão pessoalmente responsáveis pelos tributos relativos aos bens, móveis ou imóveis, transmitidos *causa mortis*: a) o espólio, pelos tributos devidos até a data da abertura da sucessão; b) o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou da adjudicação, exigidos pelo fisco após a partilha, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação. O espólio e os sucessores não são simultaneamente responsáveis. Primeiramente, o pagamento dos tributos será efetuado a partir do monte partível; efetuada a partilha - o que somente pode ocorrer mediante prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens ou rendas do espólio - passarão os sucessores a responsáveis tributários, no caso de dívidas exigidas após a partilha. Mesmo que o lançamento não tenha sido ainda efetuado pela entidade tributante, se a obrigação tributária for relativa a ato anterior ao ato sucessório, responderá o sucessor.

7) Sucessão Comercial: Ocorre quando da alienação do fundo de comércio ou do estabelecimento comercial, industrial ou profissional, ou quando se altera o tipo societário. Por exemplo, a empresa A tem seu controle acionário vendido para a empresa B, que altera a razão social original; a mudança da razão social não permitirá que B não mais se sub-rogue nos tributos devidos por A, pois ainda que alterada a razão social original pelo adquirente de empresa comercial, permanecerá o adquirente como sucessor tributário da empresa vendida. No caso de extinção de pessoa jurídica de Direito Privado, continuando o sócio remanescente,

ou seu espólio, a comerciar sob a mesma razão social, ou sob firma individual, que explore a mesma atividade comercial da empresa extinta, será responsável tributário a nova empresa, relativamente a obrigações tributárias surgidas até a data da extinção. Ocorrendo fusão, transformação ou incorporação de pessoas jurídicas de Direito Privado, será responsável tributário a pessoa jurídica que resultar desses atos, até a data em que ocorram. Continuando a exploração da mesma atividade, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual, responderá o responsável pelos tributos, relativos ao fundo ou ao estabelecimento, até a data do ato, das seguintes formas: a) integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade; b) subsidiariamente com o alienante, a contar da data da alienação, se esse prosseguir em sua atividade ou iniciar a exploração de nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

8) Sucessão Falimentar: Ocorre quando da decretação da falência do comerciante, passando a massa falida a sub-rogar-se nos direitos e obrigações tributárias do comerciante falido.

9) Sucessão Imobiliária: Ocorre quando bens imóveis são alienados, sub-rogando-se o comprador nos direitos e obrigações tributárias do vendedor. Sub-rogam-se, na pessoa do adquirente de imóvel, todos os créditos tributários relativos a: a) *impostos* cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis; b) *taxas* pela prestação de serviços, referente a esses bens; c) *contribuições de melhoria* referentes a esses bens.

Serão pessoalmente responsáveis pelos tributos referentes a bens móveis ou imóveis, transmitidos *inter vivos*, remidos ou adjudicados, respectivamente, o adquirente, o remitente (isto é, aquele que paga a dívida, para reaver o bem penhorado) ou adjudicado. O adquirente de imóvel em hasta pública não será sucessor tributário do proprietário original, relativamente aos tributos sobre o bem, porque o CTN ressalva essa hipótese, afirmando que o adquirente não se sub-rogará ao proprietário anterior em suas obrigações tributárias, caso em que, para arrecadar o tributo devido, o fisco extrairá o crédito tributário do preço da arrematação, não onerando o arrematante do bem.

10) Responsabilidade de terceiros: O art. 134 do CTN, estabelece que, nos casos de impossibilidade do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis; nesse caso, existe *responsabilidade subsidiária* (ou supletiva), e não plena (solidária), pois os responsáveis se obrigam somente quando houver impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte. Os pais, tutores e curadores respondem de forma subsidiária, respectivamente, com seus filhos, tutelados ou curatelados, nos atos em que intervierem, ou pelas omissões pelas quais forem responsáveis. A responsabilidade dos administradores de bens de terceiros, do inventariante, do síndico e do comissário é, também, subsidiária, e não solidária plena, somente sendo chamados a pagar os tributos devidos quando for impossível ao fisco exigi-los diretamente dos respectivos contribuintes. Tabeliães, escrivães e serventuários de cartório, a quem o Estado delega função pública, respondem igualmente, de forma subsidiária, pelos atos por eles ou perante eles praticados, em razão de seu ofício. Nos casos de liquidação de sociedade de pessoas, respondem os sócios de forma subsidiária pelos tributos devidos pela sociedade, até a data da liquidação. A lei estipula que a responsabilidade de terceiros é limitada aos tributos e às multas de caráter moratório. A expressão "*multas de caráter moratório*" significa que, são as multas aplicadas quando o contribuinte não cumpre a obrigação tributária principal, o que pode ocorrer pela falta de pagamento, pelo pagamento posterior à data do vencimento, ou ainda, pelo pagamento inferior ao valor pecuniário. A responsabilidade de terceiros pressupõe duas condições: a primeira é que o contribuinte não possa cumprir sua obrigação, e a segunda é que o terceiro tenha participado do ato que configure o fato gerador do tributo, ou em relação a este se tenha indevidamente omitido. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos, as pessoas mencionadas no art. 134 do CTN, e ainda: a) os mandatários, prepostos e empregados; b) os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de Direito Privado. Note-se que as pessoas mencionadas no art. 134 do CTN, se agirem com excesso de mandato, infração à lei ou contrato, assumem plena responsabilidade pelo crédito tributário respectivos; deixam de responder apenas na impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, e passam à posição de responsáveis solidários.

11) Responsabilidade por infrações: a *responsabilidade por infrações tributárias* é objetiva, independentemente da intenção com que foram praticados e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato, salvo disposição legal em contrário (CTN, art. 136). De acordo com a doutrina, porém, esse princípio não é absoluto. A responsabilidade poderá ser excluída se o contribuinte ou responsável puder provar que não houve descuido ou negligência, nem intenção de lesar o fisco. O próprio CTN permite a remissão do crédito tributário atendendo ao erro ou ignorância escusáveis quanto à matéria de fato (art. 172, III). Ocorre, aí, uma inversão do ônus da prova. O fisco não precisa provar dolo ou negligência para impor a penalidade; basta o fato objetivo. O contribuinte ou responsável, porém, poderá afastar eventualmente a autuação, provando ausência de culpa. As sanções tributárias administrativas podem consistir em multa, apreensão de mercadorias, veículos ou documentos, perda de mercadorias, proibição de contratar com o Poder Público, sujeição a sistema especial de fiscalização, etc. A multa pode ser simplesmente moratória (sem caráter de penalidade especial) ou consistir em multa-sanção (com caráter específico de penalidade). A penalidade pela infração tributária administrativa pode ser excluída por denúncia espontânea, acompanhada do pagamento devido e dos juros de mora (CTN, art. 138).

12) Casos de responsabilização pessoal na esfera administrativa: às vezes a responsabilidade pela infração administrativa é atribuída apenas à pessoa física que executou o ato, e não ao contribuinte ou responsável. São casos em que o executor material do ato procedeu com excesso de poder ou fraude à lei, lesando o fisco e, ao mesmo tempo, o contribuinte ou responsável. Trata-se de pessoas que agem contra os seus patrões, ou contra seus representantes ou comitentes. Nesse rol está o pai que, assim agindo, lesa o interesse do filho menor, o tabelião que lesa o fisco e as partes, ou o diretor que prejudica a sociedade que dirige (CTN, art. 137, III). A responsabilidade pela infração tributária administrativa deixa, então, de ser objetiva e passa a ser pessoal e subjetiva, respondendo pelas sanções o executor material do ato, e não o devedor originário do tributo.

VI - CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1) Conceito: é do direito subjetivo do Estado de exigir do contribuinte o pagamento do tributo devido, derivado da relação jurídica tributária, que nasce com a ocorrência do fato gerador, na data ou no prazo determinado em lei.; decorre da obrigação tributária e tem a mesma natureza desta; resulta da conjugação da lei, do fato gerador e do lançamento; as circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou efeitos, ou as garantias ou privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

2) Crédito regularmente constituído: é aquele tornado líquido, certo e exigível, por meio do lançamento.

** o crédito tributário somente poderá ser modificado, extinto, ou ter sua exigibilidade suspensa ou excluída nos casos legalmente previstos.*

3) Lançamento: é o ato administrativo vinculado que verifica a ocorrência do fato gerador, identifica o sujeito passivo da obrigação tributária, determina a matéria tributável, aponta o montante do crédito e aplica, se for o caso, a penalidade cabível; o lançamento é constitutivo do crédito tributário, mas é apenas declaratório da obrigação.

4) Efeito temporal do lançamento: o lançamento impõe obrigação tributária desde a data do fato gerador, retroagindo no tempo; seus efeitos são *ex tunc*; ele será regido pela lei vigente à época da ocorrência do fato gerador, não sofrendo qualquer alteração em virtude de modificação ou revogação dessa lei.

5) Consequência jurídica para a Administração se não proceder o lançamento destinado a arrecadar tributo sob sua responsabilidade: por ser ato administrativo vinculado, isto é, não tem a Administração opção de não praticá-lo, como no caso de ato administrativo discricionário; sendo vinculado, tem caráter obrigatório, sujeitando os funcionários públicos a crime de responsabilidade funcional, em caso de deixarem de efetuar-lo.

6) Alteração do lançamento: somente poderá ser alterado: a) por iniciativa do sujeito passivo, mediante impugnação, por via administrativa ou judicial; b) por recurso de ofício, de iniciativa do fisco, impetrado contra decisão judicial de primeira instância; c) por iniciativa de ofício da autoridade administrativa, para obedecer determinação legal, para suprir a falta de declaração do sujeito passivo, ou em casos de irregularidades previsto em lei.

7) Modalidades de lançamento: *de ofício*, quando é feito por iniciativa da autoridade administrativa, independentemente de qualquer colaboração do sujeito passivo; *por declaração* é o que deve ser feito em atuação conjunta da Administração e do sujeito passivo da obrigação tributária, é feito em face de declaração fornecida pelo contribuinte ou por terceiros; *por homologação* é o que corresponde a tributo cuja iniciativa de apuração e de pagamento competem ao sujeito passivo, devendo ser homologado por parte da autoridade administrativa.

8) Utilização do lançamento por arbitramento: o lançamento por arbitramento é técnica a ser empregada tanto no lançamento por declaração quanto no lançamento por homologação, quando os documentos apresentados pelo sujeito passivo, ou suas declarações sejam omissas, incompletas, controversas ou indignas de fé.

9) Revisão de declaração: pode ser iniciada enquanto ainda não extinto o direito da Fazenda Pública, que decai no prazo de 5 anos, contado a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado; feita a revisão e efetuado novo lançamento, passa a fluir novo prazo.

10) Suspensão do crédito tributário: consiste na sustação temporária da exigibilidade do tributo; a lei prevê que pode ser suspenso nos seguintes casos: a) moratória; b) depósito integral do montante exigido; c) reclamações e recursos legais, de acordo com a legislação reguladora do processo tributário administrativo; d) concessão de medida liminar em mandado de segurança.

11) Efeitos da suspensão: manutenção da exigibilidade do cumprimento das obrigações acessórias dependentes ou conseqüentes do crédito cuja exigibilidade foi suspensa; vedação que o fisco proceda à execução fiscal; suspensão dos prazos, caso já tenha sido proposta ação fiscal; impedimento a que se inicie a contagem dos prazos.

12) Moratória: é a prorrogação do prazo para pagamento do crédito tributário, com ou sem parcelamento; situa-se no campo da reserva legal; sua concessão depende sempre de lei (97, VI, CTN); quando em caráter geral resulta diretamente de lei, e quando em caráter individual depende de autorização legal.; salvo disposição legal em contrário, a moratória somente poderá beneficiar os créditos já definitivamente constituídos ou aqueles cujo lançamento já tenha sido iniciado por ato preparatório notificado o sujeito passivo (154, CTN).

13) Depósito: o sujeito passivo pode depositar o montante do crédito tributário com o fim de suspender a exigibilidade deste; o depósito pode ser prévio (anterior a constituição definitiva do crédito) e posterior (após a constituição); se prévio, não impede a marcha do processo administrativo de lançamento, mas impede sua cobrança; se posterior, suspende a exigibilidade do crédito.

14) Reclamações e recursos: sua interposição também suspende a exigibilidade do crédito tributário, desde que seja feita nos termos das leis reguladoras do procedimento tributário administrativo, isto é, nos casos e nos prazos admitidos nessas leis; eles impedem que o crédito de torne exigível, pois ainda não foi constituído.

15) Medida liminas em mandado de segurança: o mandado de segurança assegura aos indivíduos a proteção de direito líquido e certo, lesado ou ameaçado, por ato de autoridade; assim, em face de cobrança de tributo indevido pode o contribuinte valer-se dele; o contribuinte tem o prazo de 120 dias, a contar da ciência do ato de cobrança do tributo que considera indevido, para impetrá-lo; porém, pode impetrar o mandado preventivo, diante da ameaça de cobrança de tributo ilegal, ou inconstitucional.

16) Extinção do crédito tributário: é o desaparecimento deste (da exigibilidade, pois o crédito surge com a ocorrência do fato gerador); sua forma mais comum é o pagamento, que significa a satisfação do direito creditório; só a lei pode verificar os casos em que se verifica.

17) Pagamento: é a entrega ao sujeito ativo, pelo passivo ou por qualquer outra pessoa em seu nome, da quantia correspondente ao objeto do crédito tributário; o pagamento de uma parcela não importa presunção de pagamento de outras, nem o pagamento de um crédito faz presumir-se o pagamento de outro, referente ao mesmo ou a outros tributos; se não for fixada a data para pagamento do tributo, será de 30 dias após a data em que se considera o contribuinte ou responsável regularmente notificados do lançamento.

18) Imputação de pagamento: no Direito Civil, é o ato jurídico praticado pelo devedor de vários débitos da mesma natureza a um único credor, que consiste na escolha de qual deles pretenda extinguir; na legislação tributária, a escolha é feita pela autoridade administrativa competente, devendo obedecer a seguinte ordem: 1) débitos por obrigação própria; 2) débitos decorrentes de responsabilidade tributária; no caso de tributos de várias espécies, a imputação seguirá a seguinte ordem: a) contribuições de melhoria; b) taxas; c) impostos; quanto aos prazos de prescrição, a ordem deverá ser crescente; quanto aos valores; a ordem deverá ser decrescente.

19) Pagamento indevido e restituição: a legislação tributária prevê as seguintes hipóteses para que o sujeito passivo tenha direito à restituição total ou parcial do tributo: a) cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária correspondente, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido; b) erro na indicação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento; c) reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

20) Compensação: é uma das formas de extinção de obrigação recíproca equivalente de débitos entre contratantes (1009 e ss; CC), sendo que a Administração Pública pode, ao amparo da legislação tributária, autorizar a compensação de créditos tributários, desde que líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública; para que possa ser autorizada, é necessário que haja extinção mútua das respectivas obrigações, até o montante em que os respectivos valores possam ser encontrados ou compensados; só poderá ser efetuada entre tributos e contribuições da mesma espécie.

21) Transação: é acordo; a Administração Pública pode, na forma autorizada por lei, autorizar a celebração, entre os sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária, de transação, que, mediante concessões mútuas, encerre o litígio, extinguindo os créditos tributários.

22) Remissão: é perdão, é dispensa, dar como pago; só pode ser concedida pela autoridade administrativa para tanto expressamente autorizada por lei; pode também ser concedida diretamente pela lei; o despacho que concede a remissão há de ser fundamentado, justificado em um dos itens do art. 172 do CTN.

23) Decadência: é a perda do direito material do agente que, por inércia, não o exerce no prazo assinalado; na esfera tributária ocorre quando não efetuado o lançamento no prazo legal, deixa o fisco de constituir o crédito tributário, ocorrendo, a decadência do direito de lançamento do tributo, isto é, extingue-se o direito do fisco de exigir o tributo.

24) Prescrição: é a impossibilidade do exercício de um direito, pelo decurso do tempo ou pela inércia da parte durante a ação, que perde a oportunidade processual de pleiteá-lo; no Direito Tributário ocorre quando, efetuado o lançamento dentro do prazo legal, inicia-se a contagem de um prazo para que seja efetivamente cobrado o tributo; passado esse prazo, perderá o fisco o direito de cobrança; é a perda do direito de ação do fisco.

25) Exclusão do crédito tributário: é benefício fiscal, que consiste na dispensa da exigibilidade de determinado tributo, por parte da Fazenda Pública, nos termos expressamente previstos em lei; significa evitar que ele se constitua; pode ocorrer mediante isenção e anistia.

26) Incidência: corresponde ao fato ou situação em que o tributo é devido; dado o fato gerador concreto, recai ou incide sobre ele o tributo previsto na lei.

27) Não-incidência: corresponde a um fato ou a uma situação que ficou fora do alcance da norma tributária; pode decorrer de imunidade ou isenção.

28) Imunidade: consiste na vedação constitucional do tributo; a CF proíbe a instituição de tributos em certos casos.

29) Isenção: é a dispensa do tributo por força de lei; corresponde a uma norma aditiva, que modifica a norma básica, fazendo com que um tributo, em regra devido, não o seja, devido a certas circunstâncias; pode ser de caráter geral (quando beneficia todos os contribuintes do território diretamente) ou individual (quando atinge determinados contribuintes, dependendo de despacho mediante o requerimento do interessado); será ainda objetiva ou real (quando se referir a um produto ou mercadoria), ou subjetiva ou pessoal (quando tocar o caráter pessoal do beneficiário); também será, onerosa ou simples, por prazo indeterminado ou por prazo certo, ampla ou restrita; em regra pode ser modificada ou revogada por lei a qualquer tempo, equivalendo a criação de um novo tributo, que deverá respeitar o princípio da anualidade.

30) Anistia: é a exclusão do crédito tributário relativo a penalidades pecuniárias; pela anistia, o legislador extingue a punibilidade do sujeito passivo, infrator da legislação tributária, impedindo a constituição do crédito tributário.

31) Garantias e privilégios do crédito tributário: embora não seja clara a diferença, é possível afirmar que a garantia assegura o direito de receber o crédito e o privilégio se refere à ordem de pagamento em relação a outros credores; de regra, todos os bens do sujeito passivo respondem pelo pagamento do crédito fiscal, mesmo os com garantia real e os gravados; somente os bens apontados em lei como absolutamente impenhoráveis escapam dessa garantia; com exceção dos créditos trabalhistas o crédito tributário deve ser pago antes dos demais; mas os vencidos e vincendos, exigíveis no curso da falência são considerados encargos da massa e são pagos antes mesmo dos trabalhistas e das dívidas da massa; ele não está sujeito necessariamente ao concurso de credores, inventário ou arrolamento, podendo o fisco mover independentemente o executivo fiscal respectivo; havendo concurso de credores, a União fica em primeiro lugar para cobrar o respectivo crédito, vindo após os Estados e os Municípios; o crédito fiscal não se sujeita a concordata; porém, para concessão de concordata ou declaração de extinção das obrigações do falido é obrigatória a prova de quitação de todos os tributos referentes à atividade mercantil; a sentença de julgamento da partilha ou adjudicação somente será proferida com prova de quitação de todos os tributos relativos ao espólio.

VII - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1) Conceito: envolve a fiscalização e a arrecadação de tributos, bem como autos de infração, orientação aos contribuintes e a expedição de certidões.

2) Fiscalização: A competência das autoridades administrativas em matéria de fiscalização é regulada na legislação tributária; indispensável, portanto, que a fiscalização seja feita por pessoas às quais a legislação atribua competência para tanto, em caráter geral, ou especificadamente, em função do tributo de que se tratar; todo ato da administração tributária só tem validade se praticado por quem tenha competência para tanto; as regras básicas sobre a matéria encontram-se no CTN e devem ser observadas pela legislação (art. 194); as normas dessa legislação, quando não constem de lei, evidentemente devem tratar apenas de aspectos procedimentais, ou de simples obrigações acessórias.

3) Atividade fiscalizadora da Administração Pública: consiste no exame de livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, e estes têm o dever de exibi-los, sempre que solicitados pelos agentes do fisco.

4) Objetivo da fiscalização tributária: é a correta aplicação da lei tributária, devendo o fisco exigir do contribuinte o devido cumprimento das normas, mediante seu enquadramento na legislação pertinente.

5) Procedimento de fiscalização: inicia-se com a diligência, que deverá ser documentada pela autoridade que proceder ou presidir à diligência, lavrando-se os termos necessários para tal, na forma da legislação aplicável, e fixando os prazos para sua conclusão.

6) Dívida ativa: constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular (CTN, art. 201); é o crédito da Fazenda Pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas; o crédito é levado a inscrição como dívida depois de definitivamente constituído; a inscrição não é ato de constituição do crédito tributário; pressupõe que este se encontre regular e definitivamente constituído, e ainda que se tenha esgotado o prazo fixado para seu pagamento; a dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez; a certidão de inscrição respectiva tem o efeito de prova pré-constituída (art. 204); essa presunção, todavia, é relativa, podendo ser elidida por prova inequívoca a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a quem aproveite; a isto equivale dizer que a dívida ativa regularmente inscrita é líquida e certa até prova em contrário; líquida, quanto ao seu montante; certa, quanto a sua legalidade; o executado, se alegar que não deve, ou deve menos, terá o ônus de provar o alegado.

7) Certidões negativas: segundo o art. 205 do CTN, a lei poderá exigir que a prova de quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feito por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade, e indique o período a que refere o pedido; o prazo legal dado à repartição para expedir o documento é de 10 dias contados da data da entrada do requerimento na repartição.

VIII - IMPOSTOS

1) Conceito: é a espécie de tributo cuja exigibilidade decorre de fato gerador previsto em lei como necessário e suficiente para o surgimento da obrigação tributária, que não se vincula diretamente a nenhuma atividade específica do Estado relativa ao contribuinte.

IMPOSTOS FEDERAIS

Imposto de Importação

2) Competência: é da competência da União e assim se justifica que seja porque, em se tratando de imposto com implicações no relacionamento do país com o exterior, seu trato deve caber na verdade à União, responsável por esse relacionamento, que há de ser uniforme (art. 153, I, da CF).

3) Função: o imposto de importação é importante instrumento de política econômica, atuando na proteção à indústria brasileira, permitindo-lhe competir, no mercado interno, em condições de igualdade ou de vantagem com produtos do exterior, aspecto que sobrepuja sua relevância como fonte de arrecadação para o tesouro; predomina portanto, sua função extra-fiscal.

4) Fato gerador: o imposto de importação tem como fato gerador a entrada de produtos estrangeiros no território nacional (CTN, art. 19).

5) Alíquota: pode ser *específica*, tendo em vista o modo de medir o produto, ou *ad valorem*, tendo em vista apenas o valor do bem (CTN, art. 20); as alíquotas podem ser alteradas pelo Executivo (153, § 1º, da CF, art. 21 do CTN).

6) Base de cálculo: será expressa na unidade de medida adotada pela lei tributária, quando se tratar de alíquota específica, o preço normal de venda que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo de importação, em condições de livre concorrência, para entrega no lugar

de entrada no País ou o preço de arrematação, no caso de produto levado à leilão, por motivo de apreensão ou abandono.

7) Contribuinte: é o importador ou quem a lei equiparar (CTN, art. 22, I); em se tratando de produtos apreendidos ou abandonados, o contribuinte será o arrematante destes (II).

8) Lançamento: é feito por homologação, pois o contribuinte efetua o pagamento do tributo antes de qualquer providência da fiscalização.

9) Drawback: incentivo fiscal que pode ser dado na importação de produtos ou matérias com vistas à sua posterior exportação, depois de beneficiamento ou agregação a outros produtos; facilita-se a importação de certos itens, para incrementar a exportação de outros, por meio de restituição, suspensão ou isenção de tributos.

Impostos de Exportação

10) Competência: compete à União instituir e cobrar o imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados (CF, art. 153, II).

11) Função: é instrumento de política econômica, disciplinando os efeitos monetários decorrentes da variação de preços no exterior, e atuando na proteção ao mercado brasileiro; tem função predominantemente extrafiscal; é de caráter exclusivamente monetário e cambial e tem por finalidade disciplinar os efeitos monetários decorrentes da variação de preços no exterior e preservar as receitas de exportação.

12) Fato gerador: o imposto sobre a exportação tem como fato gerador a saída de produtos nacionais ou nacionalizados do território nacional (CTN, art. 23).

13) Alíquotas: pode ser específica ou *ad valorem*.

14) Base de cálculo: sem se tratando de produto sujeito a alíquota específica, a unidade de medida adotada pela lei, e, em se tratando de produto sujeito a alíquota *ad valorem*, o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da exportação, em uma venda em condições de livre concorrência (CTN, art. 24).

15) Contribuinte: é o exportador ou quem a lei a ele equiparar (CTN, art. 27).

16) Lançamento: é feito mediante declaração do exportador, mas pode ser feito de ofício, no caso de o fisco não concordar com o valor.

Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza

17) Competência: o imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, ou simplesmente imposto de renda, como é geralmente conhecido, pertence à competência da União (CF, art. 153, III, e CTN, art. 43).

18) Função: o IR tem, predominantemente, função fiscal, consistindo, hoje em dia, na principal fonte de receita tributária da União; como, no entanto, presta-se também como instrumento de redistribuição de riquezas, em razão de pessoas e lugares, mediante concessão dos chamados incentivos fiscais à regiões geográficas de interesse, desempenha, igualmente, importante função extrafiscal.

19) Fato gerador: é a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho, ou da combinação de ambos; e de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no conceito de renda (CTN, art. 43).

20) Diferença entre disponibilidade econômica e disponibilidade jurídica: por disponibilidade econômica entende-se o efetivo recebimento de valores patrimoniais; por

disponibilidade jurídica, entende-se o crédito a esses valores, sem que tenha ocorrido seu efetivo recebimento.

21) Alíquotas: para as pessoas físicas é fixada em 2 percentuais, 15 e 25%; para pessoas jurídicas a alíquota é proporcional, de 30%, exceto casos especiais, sendo acrescida de 10% se o lucro for superior a determinado valor, e de 10 ou 15% se se tratar de instituição financeira.

22) Base de cálculo: é o montante real, arbitrado ou presumido da renda ou dos proventos tributáveis (CTN, art. 44).

23) Lucro real: constitui a base de cálculo do IR das pessoas jurídicas em geral, pode ser entendido como o acréscimo real do patrimônio da empresa, em determinado período; é o lucro líquido do exercício ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação tributária.

24) Lucro presumido: é o montante tributável, determinado pela aplicação de coeficientes legalmente definidos, sobre a receita bruta anual, conforme a natureza da atividade; a definição do coeficiente não pode ser feita pelo fisco discricionariamente.

25) Lucro arbitrado: será uma porcentagem da receita bruta, se esta, obviamente, for conhecida; compete ao Ministério da Fazenda fixar tal porcentagem, levando em conta a natureza da atividade econômica do contribuinte; não sendo conhecida, a autoridade poderá arbitrar o lucro com base no valor do ativo, do capital social, do patrimônio líquido, da folha de pagamento dos empregados, das compras, do aluguel das instalações ou do lucro líquido auferido pelo contribuinte em períodos anteriores.

26) Contribuinte: é o titular da disponibilidade econômica ou jurídica da renda ou de proventos de qualquer natureza e o possuidor, a qualquer título, dos bens produtores de renda ou dos bens tributáveis, desde que a lei lhe atribua essa condição.

27) Lançamento: se trata de lançamento mediante declaração; se o lançamento foi errado ou incompleto, será feito pela Receita Federal, de ofício; quando houver imposto a pagar, sujeito a fiscalização posterior do fisco, o lançamento será por homologação.

Impostos sobre produtos industrializados

28) Competência: o IPI pertence à competência tributária da União (CF, art. 153, IV, e art. 46 do CTN).

29) Função: o IPI tem predominantemente função fiscal, mas, como é imposto seletivo, em função da essencialidade do produto, conforme previsto no § 3º, IV, do art. 153 da CF, e no art. 48 do CTN, desempenha, também, importante função extrafiscal.

30) Fato gerador: é o desembaraço aduaneiro do produto, quando de procedência estrangeira, a saída do produto do estabelecimento do importador, do industrial, do comerciante ou do arrematante ou a arrematação, quando o produto insindustrializado apreendido ou abandonado e levado a leilão.

31) Produto industrializado: conforme o CTN, considera-se o produto industrializado, para fins do IPI, aquele submetido a qualquer operação que lhe modifique a natureza ou a finalidade, ou o aperfeiçoe para consumo; o Decreto 87.981/82 amplia o conceito de industrialização do CTN, incluindo qualquer operação, ainda que incompleta, parcial ou intermediária, que modifique a natureza, o funcionamento, a utilização, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou o aperfeiçoe para consumo.

32) Alíquotas: constam da Tabela do Imposto sobre Produto Industrializado (TIPI), em que vêm estabelecidas para cada classe de produtos, variando de zero até mais de 300%; a razão pela qual elas são muito variadas é o caráter seletivo do imposto, em função das classes de produtos sobre os quais incide.

33) Base de cálculo: no caso de importação, seu preço normal, acrescido do imposto de importação, das taxas exigidas pela entrada do produto no País e dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador ou dele exigíveis; no caso de produto nacional, será o preço de venda à saída do estabelecimento industrial ou comercial, ou, na falta deste, o valor do produto no mercado atacadista da praça do remetente; no caso de leilão, o preço da arrematação.

34) Não-cumulatividade: por força de dispositivo constitucional (CF, art. 153, § 3º, II), o IPI “será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores”; nos termos do CTN, “o imposto não é cumulativo, dispondo a lei de forma que o montante devido resulte da diferença a maior, em determinado período, entre o imposto referente aos produtos saídos do estabelecimento e o pago relativamente a produtos nele entrados (art. 49).

35) Contribuinte: é o importador ou quem a lei a ele equiparar, o industrial ou quem a lei a ele equiparar, o comerciante de produtos sujeitos ao imposto, que os forneça ao importador ou ao industrial e o arrematante de produtos apreendidos ou abandonados levados a leilão.

36) Lançamento: o IPI é objeto de lançamento por homologação, nos termos do art. 150 do CTN.

Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários ou Imposto sobre operações financeiras (IOF)

37) Competência: o IOF é de competência privativa da União (art. 153, V, da CF, e art. 63 do CTN).

38) Função: o IOF tem função predominantemente extrafiscal, permitindo ao Governo a condução de políticas mais ou menos restritivas sobre os mercados de crédito, câmbio, seguros, e de títulos e valores mobiliários.

39) Fato gerador: em operações de crédito, é a efetivação da operação, pela entrega total ou parcial do montante ou do valor que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado; em operações de câmbio, é a efetivação da operação, pela entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou de documento que a represente, ou sua colocação à disposição do interessado, em montante equivalente a moeda nacional ou estrangeira entregue ou posta à disposição deste; em operações de seguro é a efetivação da operação, pela emissão da apólice ou do documento equivalente, ou recebimento do prêmio, na forma da lei aplicável; em operações relativas a títulos e valores mobiliários é a emissão, transmissão, pagamento ou resgate, na forma da lei aplicável.

40) Alíquotas: são diferenciadas por tipo de operação em função dos dias de aplicação, além de outros fatores, podem ser alteradas por ato do Executivo, podendo ser o imposto ser cobrado no mesmo exercício em que foi instituído.

41) Base da cálculo: nas *operações de crédito*: o montante das obrigações, compreendendo o principal e os juros; nas *de câmbio*: o respectivo montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição; nas *de seguro*: o montante do prêmio; nas *relativas a títulos e valores mobiliários*: o valor nominal mais o agio, se houver, na emissão; o preço, o valor nominal ou o preço em Bolsa, como determinar a lei, na transmissão; o preço, no pagamento ou resgate.

42) Contribuinte: nos termos do CTN, é qualquer das partes na operação tributada, conforme dispuser a lei.

43) Lançamento: é feito por homologação, nos termos do art. 150 do CTN.

Imposto sobre a propriedade territorial rural

44) Competência: o ITR é da competência da União (CF, art. 153, VI, e CTN, art. 29).

45) Função: O ITR tem função extrafiscal, servindo como instrumento de política agrária do Governo, onerando mais pesadamente os latifúndios improdutivos, e permitindo melhor aproveitamento e ocupação da terra.

46) Fato Gerador: é a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do Município (CTN, art. 29).

47) Alíquotas: são progressivas, aumentando em função do tamanho da propriedade e à medida que diminui a proporção entre área utilizada e área total, variando de 0.03 até 20%.

48) Base de cálculo: é o valor fundiário do imóvel (CTN, art. 29), isto é, o valor da terra nua, sem incluir qualquer benfeitoria, calculado como a diferença entre o valor total do imóvel e seu valor venal.

49) Contribuinte: é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título (CTN, art. 31).

50) Lançamento: é feito mediante declaração do contribuinte; essa declaração, entretanto, só é necessária para o primeiro lançamento; anualmente, novo lançamento é feito de ofício.

IMPOSTOS ESTADUAIS

Impostos sobre transmissão “causa mortis” e doação de quaisquer bens e direitos (ITD)

51) Competência: sua instituição é de competência dos Estados e do Distrito Federal (art. 155, I, CF).

52) Função: é eminentemente fiscal, funcionando como importante fonte de recursos para os Estados e para o Distrito Federal.

53) Fato gerador: é a transmissão *causa mortis*, ou a doação de propriedade ou domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia e as servidões prediais e as de ações, créditos, quotas, títulos e valores, ou outros bens móveis de qualquer natureza, e os direitos a eles relativos.

54) Alíquotas: o imposto sobre heranças e doações terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal (CF, art. 153, § 1º, IV); salvo essa limitação, prevalece a liberdade dos Estados e DF para o estabelecimento de tais alíquotas.

55) Base de cálculo: há de ser fixada pela lei da entidade competente para instituir o tributo; deve ser, em princípio, o valor de mercado do bem objeto da transmissão.

56) Contribuinte: na herança, o herdeiro ou legatário; na doação, tanto o doador quanto o donatário, conforme determinar a lei do Estado tributante.

57) Lançamento: em princípio, é feito por declaração; o contribuinte oferece ao fisco os elementos necessários ao respectivo cálculo.

Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços - ICMS

58) Competência: competente para a cobrança o ICMS é o Estado em que se verifica a sua hipótese de incidência.

59) Função: O ICMS é tributo de função predominantemente fiscal.

60) Fato gerador: é qualquer operação relativa a circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares, a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de

pessoas, bens, mercadorias ou valores, as prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios e o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao ISS, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

61) Alíquotas: variam conforme a operação seja interestadual ou efetuada dentro de um mesmo Estado; costumam ser mais baixas, ou até mesmo zero, nas operações de exportação; são mais elevadas (25%) em operações internas, interestaduais e de importação para alguns produtos e serviços, como armas, bebidas alcoólicas e serviços de comunicação.

62) Contribuinte: é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços descrita como fato gerador desse imposto; deverá ser determinado por lei complementar, segundo o art. 155, § 2º, XII, a, da CF.

63) Lançamento: é por declaração do contribuinte, podendo ser efetuado de ofício, quando ocorrer o fato gerador e não for pago o imposto correspondente.

64) Convênio interestaduais: a CF, diz que caberá a lei complementar, regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do DF, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados (art. 155, § 2º, XII, g).

Imposto sobre propriedade de veículos automotores - IPVA

65) Competência: é atribuída aos Estados e ao DF.

66) Função: o IPVA tem função predominantemente fiscal; tem, todavia, função extrafiscal, quando discrimina, por exemplo, em função do combustível utilizado.

67) Fato gerador: é a propriedade do veículo automotor.

68) Alíquota: é fixa; não é indicada em porcentagem, pelo menos em alguns Estados, mas em valor determinado, em referência ao ano de fabricação.

69) Base de cálculo: é o valor do veículo, ao qual se chega indiretamente, pelo ano de fabricação, marca e modelo do veículo.

70) Contribuinte: é o proprietário do veículo, presumindo-se como tal a pessoa em cujo o nome o veículo esteja licenciado pela repartição competente.

71) Lançamento: é feito por homologação.

IMPOSTOS MUNICIPAIS

Imposto sobre propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU

72) Competência: o IPTU é de competência dos Municípios (CF, art. 156, I, e CTN, art. 32).

73) Função: a função do IPTU é tipicamente fiscal; seu objetivo primordial é a obtenção de recursos financeiros para os Municípios.

74) Fato gerador: é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município (CTN, art. 32).

75) Alíquotas: são fixadas pelos Municípios, sem que a CF nem o CTN imponham qualquer limitação.

76) Base de cálculo: é o valor venal do imóvel (CTN, art. 33)

77) Contribuinte: é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título (CTN, art. 34).

78) Lançamento: é feito de ofício.

Imposto sobre a transmissão “inter vivos” de bens imóveis e direitos a ele relativos - ITBI

79) Competência: é dos Municípios (CF, art. 156, II).

80) Função: é predominantemente fiscal.

81) Fato gerador: é a transmissão, *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.

82) Alíquotas: são fixadas pelo Município, mediante lei ordinária, inexistindo limitação constitucional aos percentuais.

83) Base de cálculo: é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos (CTN, art. 38).

84) Contribuinte: é qualquer das partes na operação tributária, conforme dispuser a lei (CTN, art. 42).

85) Lançamento: é feito mediante declaração do contribuinte, podendo também ser executado de ofício.

Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS

86) Competência: é da competência dos Municípios (CF, art. 24, II).

87) Função: o ISS tem função predominantemente fiscal.

88) Fato gerador: é a prestação de serviços de qualquer natureza, de caráter profissional, elencado em lei ordinária, prestados em caráter oneroso, por empresa ou por profissional autônomo, tendo ou não estabelecimento fixo, desde que não seja de competência tributária dos Estados.

89) Alíquotas: são estabelecidas pelos próprios Municípios, obedecidos os valores máximos fixados pela União, em lei complementar, segundo o disposto na CF, art. 156, § 3º, I; podem ser proporcionais ou fixas, conforme a qualidade pessoal do prestador.

90) Base de cálculo: é o preço do serviço prestado; se o serviço envolve, também, o fornecimento de mercadorias, sujeitas ao ICMS, a base de cálculo será o valor do serviço menos o preço das mercadorias que serviu de base de cálculo para o ICMS.

91) Contribuinte: é o trabalhador autônomo ou a pessoa jurídica que prestou o serviço elencado na lei ordinária.

92) Lançamento: é feito por homologação, podendo ser efetuado de ofício.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

93) Conceito: é a espécie de tributo cuja cobrança é autorizada pela CF, quando necessária a intervenção do Estado no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de atuação em suas áreas, e que não se subordinam às normas legais relativas ao orçamento.

94) Função: ostenta nítida função parafiscal; destinam-se a suprir de recursos financeiros entidades do Poder Público, com atribuições específicas, desvinculadas do Tesouro Nacional, no sentido de que dispõem de orçamento próprio.

95) Espécies: podem ser de intervenção no domínio econômico, de interesses de categorias profissionais ou econômicas e de seguridade social.

96) Competência: nos termos do art. 149 da CF, compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais.

97) Contribuintes: depende do exame da hipótese de incidência de cada uma delas, especificamente consideradas; nos termos do art. 195, I a III, da CF, podem ser contribuintes os empregadores, os trabalhadores e os administradores de concursos de prognósticos.

98) Alíquotas: são de 10%, calculados sobre o lucro no exercício, e de 2% relativamente ao Cofins.

99) Base de cálculo: para pessoas jurídicas é o valor do resultado do exercício, antes da provisão para o IR e o faturamento das empresas.

100) Lançamento: é por homologação, podendo ser efetuado de ofício.

TAXAS

101) Conceito: é uma espécie de tributo vinculada ao exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, de caráter administrativo, efetivamente prestado ou posto à disposição do contribuinte pelo Estado, cobrado compulsoriamente, em virtude de lei.

102) Fato gerador: é sempre uma atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

103) Espécies: podem ser fixas, quando seu valor for igual para todos os contribuintes, ou variáveis, quando seu valor se alterar conforme a base de cálculo.

104) Base de cálculo: é o valor diretamente relacionado à prestação da atividade, pelo Estado, devendo possibilitar o ressarcimento dos custos, e não um excedente de arrecadação.

105) Competência: competente para instituir e cobrar taxa é a pessoa jurídica de Direito Público que seja competente para a realização da atividade à qual se vincule o fato gerador respectivo.

106) Lançamento: pode ser por declaração do contribuinte, sujeito à homologação do fisco, e pode ser de ofício, quando o fisco remete ao contribuinte um aviso de cobrança.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

107) Conceito: é a espécie de tributo vinculado à valorização de imóvel do contribuinte, em virtude de execução de obra pública, com o objetivo de compensar, total ou parcialmente, o Estado, pelo gasto com a execução da obra.

108) Função: é tipicamente fiscal.

109) Fato gerador: é a valorização do imóvel do qual o contribuinte é proprietário, ou enfiteuta, desde que essa valorização seja decorrente de obra pública.

110) Cálculo: é determinada tomando a parcela do custo da obra, cujo custeio deva ser feito pelos contribuintes, e fazendo-se o rateio desta pelos imóveis situados na zona beneficiada, em função dos respectivos fatores individuais de valorização (CTN, art. 82, § 1º).

110) Lançamento: é feito de ofício.

IX - PROCESSO TRIBUTÁRIO

1) Conceito: o processo administrativo tributário consiste no conjunto de atos administrativos (procedimentos) destinados à aplicação das normas materiais de Direito Tributário à relação jurídica entre o fisco e o sujeito passivo da obrigação tributária.

2) Consulta: consiste na comunicação formal e escrita, dirigida pelo contribuinte à repartição competente em matéria tributária, para que preste esclarecimentos e orientação prévia ao caso concreto, visando à garantia do correto cumprimento da obrigação tributária perante o fisco.

3) Impugnação: é a manifestação formal de discordância de que se pode utilizar o contribuinte, que decide opor-se à cobrança do fisco, pela via administrativa; pode conter discordância de erro de fato (quando o crédito tributário não corresponder à efetiva obrigação tributária) ou erro de direito (quando a constituição do crédito desrespeitou a norma tributária).

4) Competência: a competência dos órgãos administrativos federais e estaduais é distribuída pelas regiões administrativas do País ou pelos Estados e delimitada pela espécie de tributo em discussão; a primeira é a competência *ratione loci*, e a segunda, *ratione materiae*.

5) Recurso especial: é aquele dirigido à Câmara Superior de Recursos Fiscais, dentro do prazo de 15 dias contados da ciência da decisão, concedendo-se à parte contrária, também 15 dias para oferecer contra-alegações e que pode ser interposto pelo contribuinte, de decisão que der à lei tributária interpretação divergente da que lhe tenha dado outra Câmara ou a própria Câmara Superior de Recursos Fiscais, e pelo Procurador da Fazenda Nacional, de decisão unânime da Câmara, quando for contrária à lei ou evidência da prova.

6) Denúncia: em matéria tributária, é ato formal, praticado por qualquer pessoa, não pertencente à Fazenda Pública, que consiste na comunicação, à autoridade fiscal competente, da ocorrência de atos ou fatos que considere contrários às normas tributárias.

7) Representação: em matéria tributária, é ato formal, praticado por funcionário da FP não competente para lavrar auto de infração, que consiste na comunicação interna, de maneira fundamentada, a seu chefe imediato, da ocorrência de atos ou fatos que considere contrários às normas tributárias, para que ele tome as providências cabíveis para apurar a existência de eventual infração.

EXECUÇÃO FISCAL

8) Generalidades: na execução fiscal a Fazenda ingressa em juízo para a cobrança forçada do crédito tributário; rege-se pela Lei de Execução Fiscal (LEF - 6830/80), e, subsidiariamente pelo CPC; a competência para processar e julgar a execução da dívida ativa exclui a de qualquer outro juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário (arts 5º e 29 da LEF); o crédito fiscal tem preferência sobre qualquer outro, ainda que tenha garantia real.

9) Concurso de preferências: se ocorrer, deve ser obedecida a seguinte ordem: I - União e suas autarquias; II - Estados, DF e suas autarquias; III - Municípios; a constitucionalidade dessa matéria é duvidosa, pois o art. 19, III, da CF, veda que estes entes públicos estabeleçam preferências entre si.

10) Petição inicial: deve vir acompanhada pela Certidão da Dívida ativa, que tem presunção de liquidez e certeza; a execução abrange o devedor e o responsável tributário, sem que haja necessidade do nome deste figurar na Certidão de Dívida Ativa.

11) Citação: em princípio, é feita pelo Correio, com AR, podendo também ser feita pelo Oficial de Justiça, se a Fazenda assim requerer (LEF, art. 8º).

12) Se a citação se efetivar: o devedor terá 5 dias para fazer o pagamento ou garantir a execução; garantir a execução significa oferecer bens para serem penhorados, ou fiança bancária, ou depósito em dinheiro (LEF, art. 9º); se fizer o pagamento extingue-se a execução; se garantir a execução, terá o prazo de 30 dias para apresentar embargos; se não pagar nem garantir, ser-lhe-ão penhorados tantos bens quantos bastem para cobrir a dívida.

13) Se a citação não se efetivar, mas forem encontrados bens: neste caso, se forem encontrados bens, procede-se o arresto dos mesmos (LEF, art. 7º, III); segue o procedimento do arresto do CPC.

14) Se a citação não se efetivar e não forem encontrados bens: se o devedor não for encontrado e também não forem encontrados bens, suspende-se o processo (LEF, art. 40).

15) Embargos do devedor: o devedor tem o prazo de 30 dias, na execução fiscal, para oferecer embargos, a partir da intimação da penhora, ou da data do depósito em dinheiro, como garantia, ou da juntada da fiança bancária; podem basear-se, entre outros motivos arrolados na lei, na nulidade do título, na ilegitimidade de parte, na prova de pagamento já realizado, etc.; os embargos são autuados em separado.